

**PROCESSO** - A.I. N° 09166629/00  
**RECORRENTE** - CAF FERNANDES  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª  
JJF nº 0136-04/02  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/SUL  
**INTERNET** - 27.08.02

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJF N° 0312-11/02**

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento do Recurso Voluntário, por ter sido apresentado fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O contribuinte, devidamente intimado, em 09.05.02, através de ECT/AR apenso à fl. nº 119 dos autos, a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão nº 0136-04/02 pela Procedência do Auto de Infração em epígrafe, retornou à lide impetrando Recurso Voluntário, protocolado sob nº 0961.36/2002-0, datado de 21.05.02, que, entretanto, foi considerado Intempestivo pela Administração Fazendária que comunicou tal fato à empresa através de Ofício nº 0320/02, entregue por ECT/AR, datado de 12.06.2002.

O recorrente, inconformado com o arquivamento da sua peça recursal, interpôs Recurso de Impugnação ao Arquivamento retromencionado, nos seguintes termos:

1. Cientificamos o recebimento ref. Ofício nº 0320/02, com data de recebimento de 17/06/02. Vimos pedir impugnação por analisar o seguinte:
2. A data da entrega da intimação conforme xerox AR (aviso de recebimento) de 09/05/02, não foi a data recebida pela empresa, e sim em 03/02/2002. Foi passado para o funcionário portador do Ofício, o RG da sócia gerente e não foi observada a data que aquele funcionário colocou como recebido o AR. Por isso, entramos com a defesa no dia 21/05/02, conforme xerox Informação de Processo nº 096136/2002, portanto a referida defesa não é intempestiva.
3. A empresa foi alvo de vários autos e muitos assaltos e roubos. Em anexo cópia do Livro de Ocorrências, constando termo de monitoramento deste período de 06/2000 a 12/2000.

A PROFAZ forneceu Parecer de fl. 136, com a seguinte conclusão:

1. “Trata-se de mera petição onde a empresa impugna o arquivamento do Recurso voluntário, por intempestividade, não traz motivos que justifiquem a perda do referido prazo, ao contrário, suas razões são confusas parecendo referir-se à intimação para apresentar defesa, como se ignorasse a intimação da Decisão de 1ª Instância.
2. O CONSEF acertadamente decretou a intempestividade do Recurso voluntário apresentado, com a qual concordamos, pelo improvimento da impugnação interposta.”

## **VOTO**

Da análise dos documentos acostados ao presente Processo Administrativo Fiscal, mormente à Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário, constatei que a empresa quando ofereceu suas razões recursais o fez de maneira realmente confusa e sem demonstrar de fato a veracidade argüida. Entendo que as provas carreadas aos autos pela administração fazendária são coerentes com a Decisão de arquivamento do retrocitado Recurso. Pois, ali ficou constatada a intempestividade do mesmo.

Diante do exposto, concedo o meu voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Impugnação ao Arquivamento apresentado.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário apresentado no Auto de Infração nº 09166629/00, lavrado contra **CAF FERNANDES**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.038,23**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ